

Iº CONGRESSO DO CENTRO CELSO FURTADO
“COMUNICAÇÕES E DESENVOLVIMENTO:
DESAFIOS ATUAIS À CONSTRUÇÃO DA VONTADE NACIONAL”

Marcos Dantas (sócio do CICF)

Introdução

O complexo industrial que articula as indústrias multinacionais fabricantes de equipamentos de comunicações (satélites, redes de cabos ou torres, aparatos de recepção ou de acesso, a exemplo de televisores, *smartphones* etc.), as operadoras transnacionais de telecomunicações (AT&T, Telefônica, British Telecom, GlobalCrossing etc.) e um amplo e diversificado conjunto de produtores, programadores e distribuidores de conteúdos audiovisuais e espetáculos para radiodifusão mundial (Hollywood, FIFA, Time-Warner, Disney, Rede Globo de Televisão etc.) responde hoje em dia por mais de 7% do PIB mundial. No Brasil, só as operadoras de telecomunicações já respondem por mais de 6% do PIB. Não são poucos os autores que reconhecem estar este complexo industrial-audiovisual ocupando, neste limiar do século XX, posição central na dinâmica capitalista de acumulação, logo na geração de riquezas e empregos, como também nas suas condições objetivas e subjetivas de distribuição e apropriação (CASTELLS, 1999; HARDT e NEGRI, 2004; DANTAS, 2011).

Não obstante, especialmente no Brasil, não será de todo despropositado afirmar que a investigação e debate das relações entre esse complexo e as políticas de desenvolvimento, são ainda incipientes e insuficientes. Em que pese a discussão que chegou a avançar, no início da segunda metade do século XX, a partir de diferentes abordagens teóricas e metodológicas, sobre o lugar das comunicações no desenvolvimento (PYE, 1967; UNESCO, 1983; SMITH, 1980), parece que, assim como outros temas da agenda desenvolvimentista, essa questão foi um tanto relegada ao esquecimento na esteira das grandes mudanças econômicas, políticas e culturais vivenciadas pelas sociedades capitalistas na passagem daquele século para o atual.

A presente crise financeira do capitalismo, as suas permanentes desigualdades que não se cansam de aprofundar, a emergência de novos e críticos problemas sociais e mesmo ambientais, as diferenças, para o bem ou para o mal, entre o Brasil de hoje e aquele dos anos 1950, e, por fim mas não por último, a dimensão cultural e política conquistada pela internet e TV por assinatura em todo o mundo e no Brasil, vêm recolocando "velhas" questões na agenda, embora necessari-

amente tendo que se haver com essas novas realidades. Daí, impõe-se também a necessidade de atualizar, quando não reconstruir a(s) teoria(s).

Com uma história que remonta aos anos 1970, quando não antes, a Economia Política da Comunicação (EPC) tem-se mantido como um reduto defensor e produtor de abordagens *críticas* ao processo capitalista de desenvolvimento dos meios de comunicação (BOLAÑO, 2000). Articulando e fazendo dialogar estudiosos de formação econômica com outros de formação sociológica ou comunicacional, a EPC pensa o complexo industrial-audiovisual mundializado como um grande setor de acumulação de capital, imbricadamente articulado ao capital financeiro, cujo produto final (filmes, espetáculos, discos musicais, videogames etc.), além de ser destinado, como qualquer outra mercadoria, à realização com lucro, impacta diretamente também nas próprias referências culturais da sociedade sobre si mesma, induz práticas comportamentais cotidianas, destina-se, pois, à reprodução e sustentação *ideológica* das relações capitalistas de produção, consumo, poder, hegemonia e subordinação. Daí porque esse complexo, enquanto vende seus produtos e gera riqueza e empregos, também pode ajudar decisivamente a construir ou a *não construir* aquela "*vontade coletiva*" que Celso Furtado julgava necessária à retomada do desenvolvimento (FURTADO, 1984: 28).

Daí, as perguntas:

i. Nas condições *concretas* em que se encontram os meios de comunicação no capitalismo atual, inseridos e subordinados a uma cadeia de relações industriais internacionais, como poderão vir a ocupar o lugar necessário na retomada da construção da Nação?

ii. Que políticas públicas precisarão ser ensejadas?

iii. Como o Estado brasileiro, nos últimos anos, tem respondido a esses desafios?

iv. Qual a visão da própria sociedade brasileira sobre esses problemas?

Provavelmente, são muitas as perguntas e poucas as respostas. Nos últimos anos, ao sabor de pressões ou contra-pressões dos diferentes grupos de interesses, o Brasil avançou diversas reformas em suas comunicações (Lei do Cabo de 1995, Lei Geral de Telecomunicações de 1997, Lei 12.485 de 2011 etc.) sem que se possa vislumbrar nessas iniciativas um real projeto nacional abarcando o conjunto do complexo industrial-audiovisual. Em geral, foram leis nascidas da ação de poderosos *lobbies* empresariais, com pouca ou nenhuma discussão mais ampla por parte da sociedade.

Ao mesmo tempo, outros segmentos da sociedade não diretamente mobilizados por motivações econômicas mas, sim, por uma visão mais *humanista* da cultura e, principalmente, por

propostas visando aprimorar, aprofundar e ampliar a democracia brasileira, têm-se movimentado em busca da construção de um *marco regulatório* que subordine os conglomerados midiáticos a algum tipo de "controle social" que seja capaz de submeter suas estritas lógicas econômicas a valores culturais, políticos, até mesmo éticos não utilitaristas. O ponto alto dessa mobilização foi a realização, em dezembro de 2009, da Iª Conferência Nacional de Comunicação (Iª Confecom). Os movimentos políticos e sociais que a impulsionaram, acabam de lançar, como síntese de seus resultados, os 20 pontos da *Plataforma para um Novo Marco Regulatório nas Comunicações* (<http://www.comunicacaodemocratica.org.br/>), um conjunto de propostas básicas destinadas a orientar o debate político-legislativo sobre uma nova legislação abrangente e sistêmica para as comunicações brasileiras.

É este cenário que justifica a realização de uma mesa temática a ser denominada "**Comunicações e Desenvolvimento: desafios atuais à construção da vontade nacional**", por ocasião do Iº Congresso do Centro Internacional Celso Furtado. Essa mesa visaria, essencialmente:

- i.* discutir o cenário atual (nacional e internacional) das comunicações e do complexo industrial-audiovisual;
- ii.* os obstáculos que esse cenário pode estar impondo à construção de uma vontade coletiva nacional, nos termos de Furtado; daí
- iii.* sugerir, se possível no atual estágio das investigações e debates, caminhos de enfrentamento ou superação desses obstáculos.

Referências bibliográficas

BOLAÑO, Cesar. *Indústria cultural, informação e capitalismo*, São Paulo, SP:Polis/Hucitec, 2000

CASTELLS, Manuel, *A Sociedade em Rede*, São Paulo, SP: Paz e Terra, 3 vols., 1999.

DANTAS, Marcos, "Milionários nada por acaso: capital rentista e apropriação do trabalho artístico nas redes do espetáculo", *EpticOnline* v. 13, n. 2, mai-ago 2011, disponível em <http://www.eptic.com.br/arquivos/Revistas/vol.XIII,n2,2011/MarcosDantas.pdf>

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.

HARDT, M. e NEGRI, A., *Império*, Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004

PYE, Lucian W. (Org.). *Comunicações e desenvolvimento político*, Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1967.

SMITH, Anthony. *The Geopolitics of Information*, Nova York, EUA: Oxford University Press, 1980.

UNESCO, *Um mundo e muitas vozes*, Rio de Janeiro, RJ: Editora da FGV, 1983